



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

O TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO- RJ

Jackeline Sampaio Passos¹

Resumo: Este trabalho reflete sobre a inserção dos Assistentes Sociais no trabalho técnico social do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de São Gonçalo. Para tanto, analisamos de forma breve, através da pesquisa bibliográfica, a inserção histórica do referido profissional na habitação no Brasil, para assim, buscar elucidar os impasses que permeiam a profissão no atual contexto histórico. **Palavras-chave:** Trabalho Técnico Social, Habitação, Serviço Social, São Gonçalo.

Abstract: This work reflects on the inclusion of Social Workers in the social technical work of the My Home My Life Program in the Municipality of São Gonçalo. In order to do so, we briefly analyze, through the bibliographical research, the historical insertion of the said professional in the housing in Brazil, in order to seek to elucidate the impasses that permeate the profession in the current historical context.

Keywords: Social Technical Work, Housing, Social Work, São Gonçalo.

1. Breve trajetória do Serviço Social na esfera da habitação

Para compreender as particularidades da profissão de Serviço Social no espaço urbano, se faz necessário considerar suas origens nas relações capitalistas, nas quais ela se “gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 77), dentro do contexto histórico o qual percorre o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. Cenário este no qual emergem novas classes sociais, a ampliação do proletariado e da burguesia industrial (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

De acordo com os autores, nesse contexto se solidifica a hegemonia do capital industrial e financeiro e, por sua vez, surgem as novas refrações da questão social e, por conseguinte, constitui-se o sustentáculo que justifica o trabalho de tal profissional especializado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: jackelinesampaio@id.uff.br.

No início do século XIX, a categoria interferia nas questões as quais o Estado a chamava, de forma acrítica, por uma análise de sua intervenção longe de ser pautada por uma perspectiva de totalidade, portanto:

Esta intervenção profissional era fragmentada, constituída de ações pontuais e localizadas, fora de um contexto de políticas sociais mais amplas e sem a perspectiva de extensão dos direitos de cidadania, ou de garantia aos habitantes das favelas do estatuto de cidadania conferido aos moradores da chamada cidade formal. (GOMES, 2005, p.185, apud Sampaio, 2014, p.49)

Embora tal profissional ainda não tivesse sua atuação pautada numa lógica marxista, de acordo com os estudos de Silva (2005, p. 185, apud, SAMPAIO, 2014, p. 49-50) os profissionais de Serviço Social no âmbito das favelas “contribuíam para a sobrevivência das classes populares, com a melhoria das suas condições materiais e espirituais, mediante a participação do assistente social e de outros profissionais no processo de reprodução social”

De acordo com Gomes apoiada também nos estudos de Valladares (2005), os assistentes sociais realizavam inquéritos familiares e levantamentos nos bairros operários, pesquisando suas condições de moradia, situações sanitárias, econômica e moral (estado civil, promiscuidade, alcoolismo, desocupações etc. (2005, p.185).”

Segundo Paz e Taboada (2010, p. 45-46) sobre o trabalho social, “associado a programas de habitação de interesse social, como política de governo, está presente no país desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH, no período de 1968 a 1986.”

Assim, pelo conjunto de atribuições que desempenhava, revela-se uma atuação, na qual podemos delinear de cunho “administrativo”, ou seja, sua prática profissional envolvia-se mais com a “seleção de demanda, o acompanhamento da adimplência dos mutuários e a organização comunitária, especialmente com a constituição de Associações de Moradores nos Conjuntos Habitacionais, para que essas pudessem administrar os espaços comunitários (PAZ E TABOADA, 2010, p. 46).

Portanto, somente a Reconceituação do Serviço Social presenteou a profissão com inovações no que abrange o escopo de atribuições para a sua atuação, situando-o como agente idealizador de suas estratégias profissionais, ou seja, recusando-se a “situar-se como um executor terminal de políticas sociais (NETTO, 2005, s/p)”.

2. O trabalho do Serviço Social no Programa Minha Casa Minha Vida em São Gonçalo: Infraestrutura urbana, impasses e estratégias de atuação.

O Programa Minha Casa Minha Vida inaugurado em abril de 2009 foi projetado com a intenção de alcançar a meta construtiva de um milhão de moradias, sendo esta uma das principais ações do governo Lula como estratégia de driblar a crise econômica na esfera internacional (ARANTES E FIX, 2009, p.1). Posteriormente, a crise econômica que assola o país, conforme a matéria do The Intercept (2018) que percebe os grandes lucros de construtoras como a MRV como a maior beneficiada pelo programa em questão:

A crise econômica que atinge o Brasil desde 2014 já impactou o orçamento do governo, o comércio, a indústria e o setor da construção, que encolheu pelo menos 21%. Há, no entanto, as empresas que permaneceram imunes à recessão – uma delas é a construtora MRV.

Enquanto a economia do país se desintegrava, a construtora continuou a crescer e comprar terrenos em todo o país. Na semana passada, a empresa anunciou mais um recorde histórico de lucro: foram R\$ 166 milhões no segundo trimestre, um aumento de 17,9% em relação ao mesmo período de 2017.

A performance extraordinária da empresa é facilmente explicada pela relação dela com o governo federal: a MRV é a maior beneficiada pelo Minha Casa Minha Vida, o maior programa de habitação que o país já teve. Nos últimos dez anos, 77,8% dos lançamentos da empresa foram dentro do programa.²

Assim, é importante compreender como a junção do setor imobiliário e o capital financeiro conseguem influenciar na organização espacial através do processo desigual de urbanização das cidades e como consequência o processo de segregação das mesmas.

Com base nisso, é neste contexto, através do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1 (um), que o Profissional do Serviço Social se insere, logo se faz necessário uma reflexão sobre a dinâmica socioespacial e sua relação com o capital financeiro para, assim, compreender este espaço de atuação profissional do mesmo, como sendo contraditório e permeado por disputas econômicas, políticas e sociais e quais os rebatimentos para a atuação profissional.

Dessa forma, para compreendermos nosso tema de estudo pelo viés da valorização econômica do solo no Programa Minha Casa Minha Vida, nos debruçamos em Fix (2011, p.140) para compreendermos que, no referido programa, a escolha do terreno não está a cargo do controle público municipal para atuar através de projetos e licitações.

Pelo contrário, Fix (2011, p.140) elucida que o “FAR – fundo utilizado para os empreendimentos voltados à faixa de 0 a 3 salários mínimos é todo destinado à promoção das construtoras, que direcionam as unidades para uma demanda organizada.” As quais,

² Extraído de <https://theintercept.com/2018/08/20/mrv-engenharia-lucro/> em 22/06/2019.

por se tratarem de um “capital industrial imobiliário, interessa aumentar a produção real de habitação e obviamente realizá-la(SMOLKA,1987,p. 67)”, produzindo em escala para baratear os custos do empreendimento, além de buscar terrenos de baixo custo e desprovidos de infraestrutura pública, afastados dos centros urbanos, no intuito de multiplicar seus lucros na produção imobiliária, de acordo com Singer (1978,p. 22):

(...) imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes, conforme sua localização. É comum que o preço de um imóvel seja constituído inteiramente pelo “valor” do terreno, pois o valor da construção, em termos de materiais usados, pode não cobrir sequer o custo de sua demolição.

Nessa linha de pensamento, são nesses espaços urbanos, sem infraestrutura e em áreas afastadas dos centros urbanos que se localizam a maioria dos empreendimentos habitacionais do PMCMV faixa 1, reforçando a segregação espacial existente no país.

Ressaltamos ainda que, quando os tais são produzidos em áreas afastadas dentro de municípios considerados dormitórios, os quais apresentam parca oferta de trabalho, educação, saúde entre outros serviços públicos, a nosso ver, tende a ocorrer a “segregação da segregação”, uma vez que tenciona tal processo de exclusão já existente nesses espaços, onde “a exclusão é resultado sobretudo de uma estratégia de planejamento urbanístico” (FAULHABER, 2015)³.

Salientamos que para compreender o trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida em São Gonçalo, se faz necessário refletir, ainda que de forma breve, sua organização socioespacial na contemporaneidade.

São Gonçalo compõe os 17 municípios da Região Metropolitana, que também abrange os seguintes municípios Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita e Tanguá.⁴

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano⁵, podemos observar que este município, embora possua um índice de desenvolvimento considerado alto, está muito

³ <https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>. Consultado em 18-07-2018

⁴ Consultado em <http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/a-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/> em 14 de Junho de 2019.

⁵ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-goncalo_rj. Consulta em 20-06-2019

aquém dos demais municípios como Rio de Janeiro e Niterói, que são área adjacentes a ele.⁶

Britto (*et all.*, 2017, p.6) reflete acerca das transformações socioespaciais do referido município pautado na ideia de fragmentação, desigualdade e, logo, segregação. Para esta, as mudanças ocorridas no referido espaço urbano são marcadas pela heterogeneidade, ou seja, ao passo que se expandem os setores médios, juntamente, crescem o número de “assentamentos precários surgimento e proliferação de novas centralidades (shoppings centers, condomínios fechados), refuncionalização e requalificação de espaços (públicos e/ou privados) “considerados” deteriorados (BRITTO *et all.*, 2017, p.6).”

No entanto, para Britto (*et all.*, 2017), tais inserções destas construções convivendo com áreas precárias não contribui para o recuo da segregação espacial, pelo contrário, essa combinação aponta o atual perfil de segregação que se configura no município em questão. “Por outro lado as condições de saneamento também incidem sobre a degradação dos recursos hídricos existentes, associando desigualdades sociais e precariedade ambiental (BRITTO, 2017, p.16)”

Assim, é importante ressaltar que, São Gonçalo⁷, segundo dados do IBGE (2018) possui uma população de 1.077.687 habitantes. Segundo levantamentos de Britto (*et all.*, 2017, p. 8), ainda, os dados apontam um relevante quantitativo de pessoas pobres em números absolutos: 24, 8 dos habitantes⁸, e a respeito do acesso aos serviços, percebe-se que estes:

se amplificam quando os tratamos a partir de números absolutos. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS) 2014 havia 873.830 habitantes atendidos por rede de água; o que significa mais de 160.000 pessoas sem atendimento. No caso do esgotamento sanitário a situação é ainda pior: 637.105 habitantes sem coleta de esgoto. Para compreender esse déficit na ótica da segregação socioespacial, é preciso caracterizar os sistemas e as situações de não acesso, ou acesso precário [...] (BRITTO *et all.*, 2018, p. 8).

⁶ Através de um ranking⁶ entre eles, São Gonçalo ocupa a 795ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). Niterói fica em 7º lugar e o município do Rio de Janeiro em 45º.

⁷ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> consultado em 21-06-2019.

⁸ (...)sendo estudo do SEBRAE que considerou como linha de pobreza de metade do salário mínimo de 2010 (R\$ 255) (SEBRAE, 2015). Britto (2015, p.8).

Nesse sentido, é nesse contexto socioespacial no município de São Gonçalo que foram realizados diversos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, o qual já inaugurou 14 empreendimentos a partir de 2014, cada um com no mínimo 164 unidades habitacionais e no máximo 1240 unidades habitacionais como o mais recente inaugurado, chamado Venda da Cruz. A previsão é que ainda em 2019 o município inaugurou mais três empreendimentos, sendo eles: Cidade Verde I, Cidade Verde III e Cidade Verde IV. Ressalta-se que dois empreendimentos estão em processo de construção, a saber, Ipiiba e Marambaia. Segue a tabelas dos empreendimentos, faixa 1 (com famílias que possuem de 0 a 3 salários mínimos) dos empreendimentos do PMCMV implementados no município de São Gonçalo:

Condomínio	Nº de Unidades Habitacionais	Bairro	Construtora
Bela Vida I	164	Arsenal	Raro Engenharia
Bela Vida II	240	Arsenal	Raro Engenharia
Vista Alegre I	360	Vista Alegre	ILE
Vista Alegre II	360	Vista Alegre	ILE
Cozumel I	240	Jockey	CURY
Cozumel II	280	Jockey	CURY
Cozumel III	200	Jockey	CURY
Parque do Sabias	310	Jockey	MRV
Parque das Gaivotas	433	Jockey	MRV
Aruba	240	Jockey	CURY
Parque dos Bem de Vis	499	Jockey	MRV
Parque das Araras	499	Jockey	MRV
Galo Branco	300	Galo Branco	EDIFICAR CONSTR. E SERV.
Venda da Cruz	1240	Venda da Cruz	SERTENGE S/A

Tabela 1

A equipe que compõe o trabalho social no Município de São Gonçalo está inserida atualmente na Secretaria de Planejamento e Projetos Especiais (SEMPPE), sendo a Secretaria de Habitação a responsável pela realização da seleção das famílias aptas a serem inseridas do PMCMV.

Tal separação institucional em que uma secretaria, no caso a de habitação, realizava a seleção de demanda e outra, no caso a SEMPPE executava o trabalho social contribui para uma fragmentação do Trabalho Social, especialmente no que diz respeito às etapas que correspondem ao pré-contratual e o pós-contratual, a saber a fase na qual o beneficiário assina o contrato da “aquisição” do imóvel junto à instituição financeira, neste caso, a Caixa Econômica Federal.

A referida equipe é composta atualmente por cinco assistentes sociais, no entanto, já integraram a mesma profissionais de psicologia e pedagogia, sendo todos contratados através de nomeação em cargos comissionados, não possuindo a equipe profissionais concursados, sendo três assistente sociais permanecendo por mais de quatro anos no Trabalho Social na Secretaria mencionada. A equipe, na gestão anterior, chegou a ser composta por oito profissionais, sendo boa parte exonerada após a mudança de governo e, destes, alguns foram convocados a retornar à mencionada Secretaria.

O trabalho social realizado no Município na maioria dos empreendimentos foi prestado de forma indireta, ou seja, realizado por empresas terceirizadas, o que revela “a precarização as condições de trabalho e a tendência à descontinuidade no interior das políticas sociais, além da perda da memória institucional entre os diferentes governos (SILVA, *et all.*, 2018, p. 202).

Concordamos com Silva (*et all.*, 2018, p. 203), quando destacamos que a equipe sempre buscou a construção de estratégias que tivesse como foco a intersetorialidade na intenção de anular qualquer sombra de um perfil assistencialista nas intervenções. Reafirmando assim, a noção do direito habitação, para além da oferta da casa em si, como espaço físico apenas, mas buscando a articulação, na fase que antecede à entrega das chaves, com os serviços de educação, saúde, transporte, entre outros.

Tal profissional, atuante dentro da equipe que executa Projetos de Trabalho Técnico Social em empreendimentos do PMCMV, cuja elaboração deve ser pautada sob a Portaria

21/MCIDADES⁹ que trata das instruções para o Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, deve buscar traçar ações que visem promover a autonomia e o protagonismo social dos moradores, impulsionando a participação dos mesmos nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços do empreendimento adquirido e potencializar o desenvolvimento social das famílias atendidas pelo Projeto.

Ressaltamos que, pensar no Assistente Social e suas condições de trabalho é pensar no Assistente Social como um trabalhador assalariado e, como tal, dentro das condições de acumulação da economia capitalista flexível e globalizada da atualidade, também sofre com a intensificação do trabalho. Conforme Iamamoto e Carvalho (2008, p.79):

Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de produção das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. Ora, sendo integrante dos aparatos de poder, como uma das categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica.

Assim, a equipe de trabalho social da Prefeitura de São Gonçalo, atua na articulação institucional, elaboração de projeto de trabalho social e também, entre outras atividades, no acompanhamento da execução realizadas por empresas terceirizadas, ou seja, quando esta é feita por empresa previamente licitada.

Assim sendo, no Trabalho Técnico Social, existem os profissionais que elaboram tais projetos, os que realizam sua execução e os que realizam o acompanhamento e fiscalização das ações previstas nos Projetos.

Pensando no Assistente Social como um profissional assalariado, que se situa desde a gênese do surgimento da profissão nos processos contraditórios entre capital e trabalho, é extremamente importante também problematizar o contexto econômico, social e político onde o mesmo está inserido para planejar e executar suas atividades inerentes ao

⁹ Portaria 21/MCIDADES: Art 1.Aprovar o Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, contendo normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social nas intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; nas intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; bem como, naquelas executadas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, em todas as suas modalidades.

seu fazer profissional, o qual tem como Projeto Político Profissional uma posição ao lado da defesa dos direitos da classe trabalhadora.

E nesse intuito, é necessário compreender como “a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 15).

Desta forma, através do acompanhamento do trabalho social realizado por empresas terceirizadas no município, foi possível refletir que os profissionais contratados como mão de obra para sua execução também estão sujeitos a enfrentar situações que afetam a qualidade do trabalho prestado pelos mesmos como: Quadro enxuto de profissionais nas devidas empresas, tendo um quadro ínfimo de profissionais contratados atuando em diversos empreendimentos enfileirados em áreas afastadas dos centros urbanos, constituindo-se por áreas periféricas da cidade, levando a intensificação do trabalho; vínculos precários de trabalho, sendo a maioria dos profissionais contratados através de vínculos de natureza temporária devido ao prazo de execução dos projetos prevista para serem executados 9 a 12 meses e, ainda estes convivem com um restrito número de profissionais cujo vínculo é a CLT; Profissionais que recebem por produtividade de relatórios¹⁰ - também chamados de medições.

Além de tais questões relacionadas ao seu vínculo empregatício, os mesmos convivem com a insegurança causada pela presença constante do poder paralelo no entorno e com influência direta dentro dos empreendimentos atuantes sem o devido provimento de segurança, impedindo inclusive a execução das atividades, seja pela violência, seja pelo impedimento de realização de atividades. Outros fatores dificultadores para o referido trabalho, estão na dificuldade de deslocamento dos profissionais para os empreendimentos, pela localização em áreas extremamente afastadas dos centros urbanos e a dificuldade de articulação com as políticas públicas do entorno, devido ao grande afastamento dos empreendimentos das áreas centrais do município e o não provimento de equipamentos públicos próximo ao empreendimento, causando superlotação nos poucos disponíveis.

Os itens listados referentes ao frágil vínculo trabalhista refletem o mundo capitalista moderno e sua relação com as condições e trabalho. Sobre os exemplos citados acima, ressalta Antunes (2000, p.112):

¹⁰ Os relatórios de cada empreendimento necessitam ser entregues mensalmente ao órgão público contratante para análise e verificação das atividades feitas pela equipe técnica municipal que irá verificar através das atas e registros fotográficos a veracidade da realização de tais atividades.

O mundo capitalista moderno hostiliza diretamente esses trabalhadores, em geral herdeiros de uma “cultura fordista”, de uma especialização que, por sua uniteralidade, contrasta com o operário polivalente e multifuncional (...) requerido pela era toyotista.

Portanto, esse caráter efêmero da modernidade, a instabilidade das relações trabalhistas tem deixado os profissionais de Serviço Social, assim como outras categoriais profissionais desprotegidas, tendo forte impacto na saúde física e mental desses trabalhadores e na qualidade dos serviços prestados.

Quanto à equipe de trabalho social da prefeitura e o seu papel em acompanhar o trabalho social a ser executado pelas empresas terceirizadas, percebemos a importância do desenvolvimento de um olhar crítico para tal acompanhamento, para além de uma análise de relatórios, mas que identifique se de fato os direitos dos moradores beneficiados com os empreendimentos do PMCMV estão sendo viabilizados pelas mediações e ações desenvolvidas.

No que tange à elaboração dos projetos, a equipe buscou desenvolver atividades que viabilizassem aos moradores a oportunidade de conhecer e refletir sobre seus direitos nas mais diversas áreas como: Direitos da pessoa idosa, direitos previdenciários, direitos da criança e do adolescente, violência doméstica, entre outros. Destacamos também a importância do plantão social, no qual são recebidas demandas de diversas naturezas, como saúde, educação, benefícios assistenciais, transporte, entre outros, os quais a equipe da prefeitura busca, através da articulação institucional - ainda que permeado por correlação de forças e precariedade das políticas sociais – realizar as devidas articulações necessárias, compreendendo o direito à habitação de forma ampliada, envolvendo o acesso às políticas sociais ofertadas no entorno.

Considerações Finais

Embora as abordagens deste trabalho necessitem de aprofundamento, pretendeu-se problematizar a inserção do profissional de Serviço Social na dinâmica habitacional com recorte para sua atuação no Programa Minha Casa Minha Vida no município de São Gonçalo. Buscou-se primeiramente compreender a origem da atuação do Serviço Social na Habitação, apontando, através do resgate histórico uma prática moralista, higienista e burocrática, vindo a possuir uma prática com uma perspectiva emancipatória através do movimento de Reconceituação Profissional.

Atualmente o Trabalho Social nos programas habitacionais é pautado por normativas que, se por um lado atrelam a provisão de moradias às intervenções na esfera social e na busca pela “amenização das desigualdades sociais”, por outro não deve ter sua atuação engessada pelas mesmas, seu trabalho carece de continuidade e interdisciplinaridade.

Com base no que refletimos, a respeito do PMCMV como “solução” para o difícil habitacional no país, podemos perceber que “o que prevalece, contudo, é a lógica produtivista, privilegiando o setor da construção civil. Tal lógica, impacta diretamente na atuação dos profissionais da equipe técnica social e conseqüentemente no alcance dos objetivos do Projeto Técnico Social que são executadas em empreendimentos em áreas periféricas da cidade além de impactar a qualidade de vida dos moradores de tais empreendimentos.

Assim, outro fator que percebemos na realidade do município de São Gonçalo que, impacta na qualidade dos trabalhos prestados pelos profissionais de Serviço Social está na natureza da precarização dos vínculos profissionais e, para tanto, se fez necessário pensarmos este profissional a partir das suas condições de classe que vive do trabalho, dentro das condições de acumulação na economia capitalista flexível e globalizada da atualidade.

Por fim, apesar dos impasses vivenciados pelos profissionais de Serviço Social, os tais precisam perceber-se não como meros operacionalizadores de políticas do Estado, mas capazes de desvelar as relações contraditórias que permeiam a esfera da vida social e, assim, criar estratégias coletivas de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida.** 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**, São Paulo, Ed. Boitempo Editorial 2000.

BRITO, *et all.* **A segregação socioespacial no município de São Gonçalo, RJ: uma análise a partir do acesso ao saneamento básico.** XVII, São Paulo 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**/Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 25. Ed.- São Paulo, Cortez; [Lima Peru]: CELATS, 2008.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação. 40 anos depois.** Serviço Social e Sociedade, nº 84, ano XXI, Novembro de 2005.

PAZ, Rosângela D. O.; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades Primeira impressão: setembro de 2010 127 p.

SAMPAIO, Jackeline de Almeida. **POLÍTICA DE REMOÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO, VELHAS PRÁTICAS, NOVAS ROUPAGENS: Os Mega Eventos Esportivos e os Desafios ao Projeto Ético - Político do Serviço Social**. Monografia de Graduação apresentada na Escola de Serviço Social - UFF, Niterói, 2014.

SILVA, Caroline Rodrigues et al. **A Intersectorialidade do Trabalho Social em Habitação: Apontamentos a Partir da Experiência Profissional do Serviço Social no Município de Duque de Caxias (RJ)**. In: Habitação e Serviço Social. Org. Joana Valente Santana. Ed. Papel Social. 2018.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: SINGER, P. Economia política da urbanização, São Paulo, Cortez, 1980, 21-36.

SMOLKA, Martin Oscar. **O capital incorporador e seus movimentos de valorização**. In: Cadernos PUR/ UFRJ. Jan- Abril- 1987. Ano 2, nº 1.

Links consultados

<https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>. Consultado em 18-07-2018

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-goncalo_rj. Consulta em 19-06-2019.

<https://www.ibge.gov.br/>